

Kecia Karine Santos de Oliveira<sup>1</sup>

Anne Alilma Silva Souza Ferrete<sup>2</sup>

Divanízia do Nascimento Souza<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a implementação das políticas públicas e a formação continuada ofertada para os professores envolvidos em processos de inclusão digital em Aracaju/SE. Esse texto tem por enfoque abordar os dois programas de inclusão digital existentes, a saber: o Programa Nacional de Tecnologia Educacional; e o Programa Um computador por Aluno. A metodologia é de cunho documental. Os dados encontram-se em domínio público ou estão no Núcleo Municipal de Tecnologias Educacionais (NTE). Percebe-se que os programas contribuíram para uma nova realidade dessa inclusão e auxiliam um ensino por meio de tecnologias, proporcionando uma capacitação aos professores que puderam adquirir conhecimentos e articular aos projetos pedagógicos nas suas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Formação Continuada; Tecnologias; Professores

## ABSTRACT

This article aims to analyze the implementation of public policies and the continued training offered to teachers involved in digital inclusion processes in Aracaju / SE. This text is to focus addressing both existing digital inclusion programs, namely: National Educational Technology Program; and the program One Laptop Per Student. The methodology is primarily on documentary evidence. The data are in the public domain or are in the Municipal Center for Educational Technology (NTE). It is noticed that the programs have contributed to a new reality of inclusion and help teaching through technology, providing

<sup>1</sup> 1 – Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA/UFS); Grupo de pesquisa EDUCON; Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe; Professora da Rede de Ensino de Sergipe.

<sup>2</sup> 2 – Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS); Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> 3 - Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA/UFS). Grupo de pesquisa EDUCON; Doutora em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo.

training to teachers who were able to acquire knowledge and articulate the pedagogical projects in their schools.

**KEYWORDS:** Public Policy; Continuing Education; Technologies; Teachers

## INTRODUÇÃO

Quando se discute políticas públicas e programas de inclusão digital, o senso comum supõe que o sucesso ou fracasso desse processo de inclusão é de total responsabilidade do professor. O professor é uma peça fundamental nessa ação, entretanto outros fatores são pertinentes para se alcançar êxito.

Cruz (2004, p.13) já afirmava que as pessoas precisam ser preparadas “não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir seus recursos de maneira plena”. Assim, primeiramente, é necessário entender o conceito de Inclusão Digital. De acordo com Santana e Padilha (2005, p.05):

[...] inclusão digital não é uma simples questão que se resolve comprando computadores e/ou ensinando as pessoas a utilizar esse ou aquele software, nem apenas conectá-las à internet. Inclusão digital pressupõe uma série de outros objetivos conexos que não os meramente tecnológicos, dentre eles a criação de condições para que o sujeito melhore sua qualidade de vida e o estabelecimento de conexões entre habilidades, conhecimentos e valores, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e da produção de conhecimento.

Desta forma, para propiciar inclusão digital na escola não basta somente ter acesso as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), é necessário que

haja democratização do uso de tais tecnologias, infraestrutura e assistência técnica adequadas e também que ocorra formação continuada dos professores.

A imersão tecnológica vivida na atualidade abre possibilidades de que a aprendizagem dos alunos da escola básica ocorra com uma pluralidade de linguagens, como a verbal, sonora e visual (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008). Porém essa abertura não indica que o aluno irá aprender ou não o conteúdo. Ela apenas possibilitará novas oportunidades de aprendizagem. Desta forma, conforme apresentado por Warschauer (2006, p. 21), “para proporcionar o acesso significativo às novas tecnologias, ao conteúdo, à língua, ao letramento, à educação e às estruturas comunitárias e institucionais devem todos ser levados em consideração”.

O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação das políticas públicas e a formação continuada ofertada para os professores envolvidos em processos de inclusão digital. Esse texto é um recorte de uma pesquisa que teve por enfoque abordar os dois programas de inclusão digital existentes em Aracaju/SE: o Programa Nacional de Tecnologia Educacional; e o Programa Um computador por Aluno. A metodologia é de cunho documental, realizada com dados disponibilizados em domínio público, como também a partir de informações oferecidas pelo Núcleo Municipal de Tecnologias Educacionais (NTE) da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju.

## 1. Programa Nacional de Tecnologia Educacional

A inclusão dos computadores nas escolas brasileiras vem ocorrendo desde a década de 1980 por meio de projetos públicos de informática educativa. Esses projetos dotaram as escolas públicas de laboratórios de informática e ofertaram formações continuadas para a apropriação tecnológica dos docentes. Segundo dados

do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013), o censo da educação básica apontava a seguinte situação em 2012 (tabela 01):

Tabela 01 – Número de Escolas, segundo os recursos disponíveis na Escola – Brasil – 2012

Região Geográfica	Escolas		
	Total	Recursos disponíveis (%)	
		Acesso à Internet	Laboratório de informática
Brasil	122.716	45,8	48,6
Norte	20.008	20,9	24,3
Nordeste	54.840	28,2	34,3
Sudeste	27.888	74,7	72,0
Sul	14.158	79,3	80,3
Centro-Oeste	5.822	77,3	76,9

Fonte: MEC/Inep/Deed

Conforme a tabela 1, em 2012 o Brasil possuía 122.716 escolas públicas ofertando o ensino fundamental, das quais 48,6% possuíam laboratório de informática e 45,8%, acesso à internet. Esses dados mostram também que a região Nordeste, na qual esta pesquisa está inserida, aparece listada como uma das regiões de menor índice naquele ano, pois somente 34,3% das escolas possuíam laboratório, sendo que somente 28,2% delas tinha acesso à internet. Mesmo considerando-se que deve ter havido melhorias até aqui neste quadro, a nossa prática mostra que não foram muitas.

Um programa que constrói laboratórios de informática nas escolas públicas do Brasil é o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). Este programa surgiu em 1997, com os objetivos de:

1. Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
2. Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas;
3. Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico;
4. Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida (BRASIL, 1997).

Dentre as estratégias para conseguir esses objetivos estão a implantação nas escolas públicas de educação básica de laboratórios de informática e a capacitação dos envolvidos para a uso pedagógico dessa tecnologia. Em 2007, houve uma reformulação da nomenclatura do Programa Nacional de Informática na Educação, intitulado atualmente de Programa Nacional de Tecnologia Educacional, por meio do Decreto nº 6.300/2007. Uma ação proveniente do Programa foi a criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), responsáveis pela:

Sensibilização e motivação das escolas para incorporação da tecnologia de informática e comunicação;  
Apoio ao processo de planejamento tecnológico das escolas para aderirem ao projeto estadual de informática na educação;  
Capacitação e reciclagem dos professores e das equipes administrativas das escolas;  
Realização de cursos especializados para as equipes de suporte técnico;  
Apoio para resolução de problemas técnicos decorrentes do uso do computador nas escolas;  
Assessoria pedagógica para uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem;  
Acompanhamento e avaliação local do processo de informatização das escolas (MEC/SEED, 1997, p. 08).

Para cumprir essas ações, o NTE conta com uma equipe composta por educadores e especialistas em informática e telecomunicações. Essas pessoas atuam como concentradores<sup>4</sup> de comunicações para interligar as escolas a eles, por meio de um ponto da internet e da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) (MEC/SEED, 1997).

A Rede Municipal de Ensino de Aracaju/SE, recebeu os primeiros computadores em 1998 por meio do Programa Nacional de Informática Educacional (Proinfo), dando início à Inclusão Digital. Neste ano foram contempladas as escolas municipais de ensino fundamental (EMEF) Alencar Cardoso, CAIC José Antônio da Costa Melo, Presidente Vargas, Juscelino Kubistchek e Oscar Nascimento.

Atualmente, 22 escolas municipais possuem laboratório de informática (tabela 02). As máquinas que integram os laboratórios são oriundas do PROINFO, do Programa de Informática na Educação Especial (PROINESP) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e a formação para os docentes ficou sob a responsabilidade da Divisão de Tecnologia de Ensino (DITE), da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

Tabela 02: Escolas beneficiadas pelo Programa Nacional de Informática Educacional em Aracaju, SE, e as respectivas quantidades de computadores em seus laboratórios de informática.

Escolas	Computadores
EMEF Jaime Araújo	20
EMEF Carvalho Neto	10
EMEF General Freitas Brandão	10
EMEF João Teles De Menezes	19

4 Concentrador é o processo pelo qual se transmite ou difunde determinada informação, tendo, como principal característica, que a mesma informação está sendo enviada para muitos receptores ao mesmo tempo.

EMEF Jornalista Orlando Dantas	17
EMEF Juscelino Kubitschek	23
EMEF Manoel Bomfim	10
EMEF Oviêdo Teixeira	09
EMEF Prof Alcebiádes De Melo Vilas Boas	20
EMEF José Antonio Da Costa Melo	20
EMEF Prof Laonte Gama Da Silva	17
EMEF Sabino Ribeiro	20
EMEF Santa Rita De Cássia	10
EMEF Sérgio Francisco Da Silva	20
EMEF Thétis Nunes	19
EMEF José Carlos Teixeira	19
EMEF Malhenrique Teixeira Lott	20
EMEF Maria Da Glória Macedo	16
EMEF Otília De Araújo Nascimento	10
EMEF Letícia Soares Santana	20
EMEF Tenisson Ribeiro	19

(Fonte: Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional de Aracaju. Data: Janeiro/2014)

A partir de 2006, com a criação do Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional, as ações da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju relativas à Política de Tecnologia Educacional nas escolas da Rede ficaram mais sistematizadas. Novos cursos foram oferecidos para os docentes, como por exemplo: Introdução à Educação Digital, Tecnologias na Educação e Elaboração de Projetos, os três formatados pelo MEC. Com estes cursos de Formação Continuada, segundo dados fornecidos pelo Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional – NTM SEMED/AJU, até o início de 2014 foram capacitados 309 professores.

## 2. Programa Um Computador Por Aluno

Alan Kay, no final da década de 60 do século XX sugeriu a ideia do computador portátil para cada aluno; ideia essa que começou a ser materializada em 1972, com o projeto *Dynabook*. O objetivo era que este equipamento fosse tão acessível aos alunos quanto os livros (VALENTE, 2011).

Hoje em dia, muitos alunos das escolas públicas brasileiras têm a oportunidade de ter um *laptop* em sala de aula por meio do Programa Um Computador por Aluno (UCA). O UCA tem sua fundamentação em um projeto desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), intitulado *One Laptop per Child* (OLPC).

O projeto OLPC foi apresentado ao Brasil no ano de 2005, e ao conhecer tal projeto, o, na época, presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva se interessou pela ideia. Posteriormente, o governo brasileiro, com apoio de pesquisadores da área, definiu sobre como seria o uso dessa tecnologia nas instituições escolares. Nasceu aí o projeto UCA, com suporte da Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação (FacTI) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O UCA passou por algumas fases de experimentação até chegar a se constituir num programa educacional. Em 2007, o projeto foi outorgado por meio de um documento chamado Projeto Base do UCA, a partir do qual foi criado um grupo de trabalho composto por educadores da área com a finalidade de deliberar as diretrizes pedagógicas. Neste mesmo ano, iniciou-se o projeto pré-piloto, no qual foram selecionadas cinco escolas públicas brasileiras, onde o projeto seria inicialmente aplicado, com o objetivo de analisar as possibilidades de uso dos computadores pelos professores e alunos em sala de aula.

As escolas escolhidas, para essa fase inicial foram: Escola Municipal Ernani Bruno, em São Paulo (SP); Escola Estadual Luciana de Abreu, em Porto Alegre (RS); Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday, em Palmas (TO); CIEP<sup>5</sup> Municipal Prof<sup>a</sup> Rosa Conceição Guedes, em Pirai (RJ) e o Centro de Ensino Fundamental n° 1 do Planalto, em Brasília (DF).

A forma de escolha das escolas públicas municipais e estaduais ficou sob-responsabilidade das Secretarias de Educação Estadual ou Municipal dos estados e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), de acordo com alguns critérios, tais como: quantidade de alunos e professores; estrutura das escolas; localização das escolas; assinatura do termo de adesão e anuência do corpo docente.

Em dezembro de 2009 foi publicada a Medida Provisória de número 472, a qual decretou a criação do Projeto Um Computador por Aluno (UCA) e a compra de computadores voltados ao uso educacional (RECOMPE). Esta medida foi convertida em junho de 2010 para a lei número 12.249, que no capítulo II, do art. 6° a 14°, somente ratifica as medidas estabelecidas anteriormente.

Por meio da Lei n° 12.249, de 10 de junho de 2010, e conforme regulamentado pelo Decreto n° 7.243, de 26 de julho de 2010, o Programa Um Computador por Aluno:

[...] tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles

5 CIEP são os Centros Integrados de Educação Pública, conhecidos como Brizolões, que tinha como finalidade proporcionar ensino público de qualidade, em período integral, aos estudantes da rede estadual.

instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento. (BRASIL, 2007)

Neste contexto, a infraestrutura das salas de aula em cada escola, a adequação das respectivas redes elétricas e o acesso à internet e o armazenamento dos laptops foram alguns fatores que influenciaram o desenvolvimento desse processo de inclusão digital. É válido destacar que as adaptações, quando necessárias, foram realizadas de acordo com a necessidade de cada instituição.

No que diz respeito ao espaço da aula, para contribuir para melhor acomodação da tecnologia e maior conforto para os alunos, surgiu a necessidade de novos mobiliários, como carteiras escolares adequadas, armários para guardar os *laptops* e mesa do professor. Ainda com relação à infraestrutura, sugeriu-se uma rede elétrica que suporte o carregamento simultâneo das baterias dos equipamentos; caso isso não fosse possível, sugeriu-se uma medida provisória, menos segura, que foi o aumento da quantidade de tomadas na sala de aula (BRASIL, 2010).

Outro ponto que merece ser analisado foi a garantia de uma melhor qualidade de acesso à Internet, principalmente nos horários das aulas, para que todos pudesse fazer consultas on-line nas escolas. Para isso, busca-se uma definição de um melhor método de cobertura de rede sem fio, que será escolhido dependendo da instituição podendo ser por ponto de acesso ou cabo irradiante, como também o controle de acesso.

Outro aspecto, não menos importante, é o armazenamento dos laptops, pois este deve ser em um mobiliário seguro e apropriado para a guarda e carregamento das baterias com segurança.

Um aspecto extra a ser considerado é que, diferentemente da inclusão digital através da instalação dos laboratórios de informática nas escolas públicas

brasileiras, o laptop educacional do UCA, com suas características de portabilidade e conectividade, possibilita a utilização do equipamento dentro e fora do ambiente escolar, o que expande esta inclusão para a família do alunado; embora isso não signifique incluí-los socialmente.

A partir dessas observações, em 2010 deu-se início à fase Piloto do UCA, que abrangeu 300 escolas públicas distribuídas em todos os estados da federação brasileira. Cada escola recebeu os computadores portáteis para alunos e professores, alguma adequação da infraestrutura para acesso à internet e formação continuada para os gestores e professores. Os municípios de Barra dos Coqueiros/SE, Caetés/PE, Santa Cecília do Pavão/PR, São João da Ponta/PA, Terenos/MS e Tiradentes/MG foram escolhidos para integrar o chamado UCA Total, ou seja, todas as escolas de cada um desses municípios foram contempladas pelo projeto.

Segundo os dados do UCA, no estado de Sergipe foram integradas, na fase Projeto do UCA, que tem como dados estatísticos no ano de 2011, vinte e duas escolas beneficiadas e 442 professores distribuídos em redes de ensino municipais, estaduais e federal. Essas instituições estão localizadas nos municípios de Barra dos Coqueiros, com doze escolas, e em uma escola de cada um dos dez outros municípios participantes; sendo eles: Aracaju, Capela, Itabaiana, Moita Bonita, Nossa Senhora da Glória, Poço Verde, Santa Luzia do Itanhy, São Cristóvão, Simão Dias e Tobias Barreto. Ressalta-se que a entrega dos equipamentos foi distribuída em três lotes diferentes, com datas também distintas.

Para assegurar discussões sobre uma educação de qualidade com a utilização do computador em sala de aula, foi criado o GTUCA (Grupo de Trabalho do Projeto UCA), composto por especialistas da área. O grupo auxiliou as instituições, através de equipes que se dividiram em atividades de pesquisa, avaliação, participação e apoio na formação dos profissionais da educação.

As atividades de formação, destinadas aos professores das escolas da fase Projeto do UCA foram promovidas pelo MEC em parceria com instituições federais de ensino superior. Segundo a Formação Brasil do UCA (2009), os cursos realizados na formação eram direcionados para os professores da rede pública, sendo tal Formação composta por cinco módulos, que tinham como objetivo “Desenvolver práticas pedagógicas com o uso inovador das TICs em sala de aula e favorecer a estruturação dinâmica de redes sociais entre alunos, professores e alunos/professores” (BRASIL, 2010, p.27). Na tabela 03 estão apresentadas as fases previstas para a Formação, seus respectivos objetivos e cargas horárias.

Tabela 03 – Fases da Formação do UCA para escolas contempladas até a fase Projeto UCA, objetivos dessas fases e respectivas cargas horárias.

Tema	Objetivo	Carga Horária
Projeto Uca	Conhecer os princípios, pilares e metas do projeto UCA	4 h presenciais
Apropriação Tecnológica	Explorar o sistema do laptop educacional, softwares disponíveis, o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e-Proinfo e os recursos da web 2.0. Aprender a usar os recursos do laptop, outras mídias e os recursos da web 2.0. a partir da vivência de práticas pedagógicas inovadoras.	24 h presenciais e 48h a distância
Planejamento de ações na escola	Estabelecer parcerias internas e externas. Selecionar e planejar diferentes práticas pedagógicas inovadoras.	8 h presenciais e 20h a distância
Implementação das ações	Implementar, na escola, as práticas pedagógicas e de gestão planejadas pelos professores e gestores	48 h a distância distribuídas em 6 a 8 semanas
Sistematização das ações	Analisar os resultados das práticas e das ações de reestruturação dos tempos e espaços escolares; socializar os resultados com outras escolas UCA; elaborar o Projeto UCA para o próximo ano.	28 h a distância

Fonte: BRASIL (2009)

Em Sergipe, as formações do Projeto UCA eram ofertadas pelo Ministério de Educação em parceria com a Universidade Federal de Sergipe. As atividades foram desenvolvidas no primeiro momento presencialmente e no segundo momento intercalando a distância e usando o Ambiente Colaborativo de Aprendizagem e-ProInfo.

Em dezembro de 2011 o UCA, em Sergipe, chega a sua última fase, que está sendo desenvolvida até o presente momento, passando de Projeto para Programa de governo. Entre 2012 e 2013, a rede de ensino municipal de Aracaju, SE, contemplou 21 escolas, conforme mostra a tabela 03 abaixo:

Tabela 04: Escolas beneficiadas pelo Programa UCA em Aracaju, SE, no período de 2012/2013 e respectivas quantidades de alunos e professores contemplados com laptops.

Escolas	Computadores	Alunos	Professores
EMEF Jaime Araújo	79	864	44
EMEF Carvalho Neto	100	555	46
EMEF General Freitas Brandão	88	357	21
EMEF João Teles de Menezes	52	601	37
EMEF Jornalista Orlando Dantas	40	812	38
EMEF Juscelino Kubitschek	1028	925	103
EMEF Manoel Bomfim	40	1067	44
EMEF Oviêdo Teixeira	1175	1116	59
EMEF Presidente Vargas	100	500	35
EMEF Prof Alcebíades de Melo Vilas Boas	100	500	30
EMEF José Antonio da Costa Melo	323	287	36
EMEF Prof Laonte Gama Da Silva	740	904	49
EMEF Sabino Ribeiro	455	423	32
EMEF Santa Rita de Cássia	1063	999	64

EMEF Sérgio Francisco Da Silva	760	703	57
EMEF José Carlos Teixeira	227	221	06
EMEF Letícia Soares Santana	231	199	32
EMEF Tenisson Ribeiro	485	459	26
EMEF Elias Montalvão	174	164	10
EMEF Florentino Menezes	556	534	22
EMEF José Carlos Teixeira	227	221	6
EMEF Min. Geraldo Barreto Sobral	456	439	17
EMEF Profª Rachel Cortez Rollemberg	353	331	22
EMEF Núbia Marques	545	521	24

(Fonte: Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional de Aracaju. Data: Janeiro/2014)

Para os professores dessas escolas municipais, a formação foi ministrada por profissionais especializados do Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional – NTM SEMED/AJU, tendo sido denominada “Formação PROUCA”. Até janeiro de 2014, 400 professores e coordenadores haviam participado das atividades de formação.

### Considerações Finais

De acordo com o que foi apresentado sobre a análise da implementação das políticas públicas e a formação continuada ofertada para os professores envolvidos em processos de inclusão digital, pode-se concluir que dois programas de inclusão digital existentes em Aracaju, SE, Programa Nacional de Tecnologia Educacional e Programa Um computador por Aluno, contribuíram para uma nova realidade dessa inclusão nas escolas públicas municipais, conforme os dados obtidos em documentos disponibilizados em domínio público e pelo Núcleo Municipal de Tecnologias Educacionais (NTE) de Aracaju.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) é um programa que surgiu em 1997 e oportuniza laboratório de informática nas escolas públicas do Brasil, sendo que na Rede Municipal de Ensino de Aracaju, SE, teve início em 1998 com a chegada dos primeiros computadores nas instituições. Atualmente, 22 escolas municipais possuem laboratório de informática e 309 professores foram capacitados.

O Programa Um Computador Por Aluno surgiu em 2007, e se iniciou no estado de Sergipe em 2011, na fase Projeto do UCA, com 22 escolas beneficiadas distribuídas em redes de ensino municipais, estaduais e federal. As formações do Projeto UCA eram ofertadas pelo Ministério de Educação em parceria com a Universidade Federal de Sergipe.

Em dezembro de 2011, o UCA em Sergipe chega a sua última fase, até o presente momento, passando de Projeto para Programa. Entre 2012 e 2013, a rede de ensino municipal de Aracaju, SE, contemplou 21 escolas e, até o momento 400 professores e coordenadores participaram das atividades de formação desse projeto.

No que diz respeito à formação dos professores, os dois programas de inclusão digital oportunizaram essa ação com o objetivo de formá-los para que pudessem adquirir conhecimentos e articular aos projetos pedagógicos das suas respectivas escolas. Observa-se também que, segundo os resultados obtidos, apesar do pouco tempo da fase Programa UCA, uma quantidade considerável de professores foi capacitada, isso constata esses professores procuraram adquirir mais conhecimentos para um melhor fazer pedagógico do uso do computador em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Um Computador Por Aluno: Projeto Base /2007*. Disponível em: <[http://portal.enlaces.cl/portales/tp5fdaa5dc4n55/documentos/200712171646020.Projeto\\_Base\\_umcomputadorporaluno\\_UCA.pdf](http://portal.enlaces.cl/portales/tp5fdaa5dc4n55/documentos/200712171646020.Projeto_Base_umcomputadorporaluno_UCA.pdf) 03>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância. *UCA – Projeto Um Computador por Aluno*. 2009.

BRASIL. *Portaria nº 522*, de 9 de abril de 1997. Cria o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 9 abr. 1997

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica*. Brasil, 2007.

CRUZ, Renato. *O que as empresas podem fazer pela inclusão digital*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

SANTANA, Flávia Barbosa Ferreira de; PADILHA, Maria Auxiliadora Soares. *Inclusão digital na escola itinerante de informática da prefeitura do Recife: possibilidades de inclusão social na periferia*. Revista Ciências e Ideias. V. 3, N.2 - Outubro/2011-Março/2012.

SEMED. *Programa Municipal de Tecnologia Educacional*. Aracaju: 2006.

VALENTE, José Armando. Um laptop para cada aluno: promessas e resultados educacionais efetivos. In: ALMEIDA, M.E.B. de; PRADO, M.E.B.B. (org.). *O computador portátil na escola: mudanças e desafios nos processos de ensino e aprendizagem*. São Paulo: Avercamp, 2011, p.20 – 33.



WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. Trad: Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac, 2006.

**Recebido:** 01.10.2015 – **Aprovado:** 14.12.2015